

Psicologias



CRP-RJ

ANO 3

Nº 3



COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

como a psicologia brasileira vê o avanço de um modelo que traz a lógica manicomial como sua espinha dorsal e vai contra a política de redução de danos

PÁGINA 19

RETROSPECTIVA DAS ELEIÇÕES DO CRP-RJ



ELEIÇÕES 2022

PÁGINA 05

POSSE DO XVII PLENÁRIO



PÁGINA 06

MULHERES

QUE MOVIMENTAM ESTRUTURAS

AUDITÓRIO DO CRP-RJ

24 DE MARÇO SEXTA-FEIRA, 14H

PÁGINA 11

EXPEDIENTE

GESTÃO DO XVII PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Diretoria executiva

Céu Silva Cavalcanti
Presidente (CRP 05/57816)

Viviane Siqueira Martins
Vice-presidente (CRP 05/32170)

Claudia Simões Carvalho
Tesoureiro (CRP 05/30182)

Julia Horta Nasser
Secretária (CRP 05/33796)

Conselheiros Efetivos

Ágnes Cristina da Silva Pala
(CRP 05/32409)

Alexandre Vasilenskias Gil
(CRP 05/30741)

Alfredo Assunção Matos
(CRP 05/60474)

Carla Cristina S. Meirelles de Castro
(CRP 05/42300)

Cidiane Vaz Melo
(CRP 05/36295)

Conceição de Maria Gama C. Mathias
(CRP 05/39882)

Erika Barbosa de Araújo
(CRP 05/50040)

Fabiana Mello Paes Barreto
(CRP 05/31755)

Filipe Degani Carneiro
(CRP 05/46254)

Francyne dos Santos Andrade
(CRP 05/55825)

Isabel Scrivano M. Santa Bárbara
(CRP 05/26162)

Jorge Antonio Tavares Peixoto
(CRP 05/44215)

Juliana Gabriel Pereira
(CRP 05/29063)

Lucas Gonzaga do Nascimento
(CRP 05/49596)

Luisa Bertrami D'Angelo
(CRP 05/54879)

Maíra Amaral de Andrade
(CRP 05/32352)

Matheus Branco Leal
(CRP 05/55287)

Maycon da Silva Pereira
(CRP 05/57178)

Micael Jayme Casarin Castagna
(CRP 05/55269)

Nilton da Silva Nunes Junior
(CRP 05/41715)

Rogeria Cristina de A. V. Francisquini
(CRP 05/37069)

Thais Vargas Menezes
(CRP 05/33228)

Thiago da Rocha Dionizio Rodrigues
(CRP 05/50505)

Tiago da Silva Cabral
(CRP 05/39728)

Vanessa Silveira de Brito
(CRP 05/28830)

Victoria Antonieta Tapia Gutiérrez
(CRP 05/20157)

Comissão de Comunicação Social e Editorial

Tiago da Silva Cabral (Coordenador)

Isabel Scrivano Martins Santa Bárbara

Revisão, Edição e redação

Amanda Mesquita de Oliveira Moreira

Isabela M. Penteado Del Rio de Araujo

Jornalista responsável

Amanda Mesquita de Oliveira Moreira

MTB 39229/RJ

Projeto Gráfico

Julia Lugon (MAT. 319)

Diagramação

Thiene Alves

A revista *Psicologias* é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

SUMÁRIO

EDITORIAL

RETROSPECTIVA ELEIÇÕES

POSSE DO XVII PLENÁRIO

EVENTO "MULHERES QUE MOVIMENTAM ESTRUTURAS" MARCA O MÊS DA MULHER NO CRP-RJ

18 DE MAIO – DIA DA LUTA ANTIMANICOMIAL: MAIS DO QUE NUNCA É PRECISO RESISTIR E LUTAR!

COMUNIDADES TERAPÊUTICAS: COMO A PSICOLOGIA BRASILEIRA VÊ O AVANÇO DE UM MODELO QUE TRAZ A LÓGICA MANICOMIAL COMO SUA ESPINHA DORSAL

"TRATAMENTO MORAL": DE PINEL ÀS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

"ATRAVESSAMENTOS ÉTNICO-RACIAIS NO CUIDADO OFERTADO POR COMUNIDADES TERAPÊUTICAS"

EIXO VIOLÊNCIA DE ESTADO E ENFRENTAMENTO À TORTURA: AÇÕES E POSICIONAMENTO EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

1º SEMINÁRIO REGIONAL DE PSICOLOGIA E VIOLÊNCIA DE ESTADO OCORRE NOS DIAS 3 E 4 DE MARÇO, LOTANDO O AUDITÓRIO DA UVA, NA TIJUCA

COMISSÃO ESPECIAL DE EVENTOS: ORIENTAÇÃO POR MEIO DE SEMINÁRIOS, ENCONTROS PRESENCIAIS E ONLINE, PARA CHEGAR A TODAS AS PSICÓLOGAS E PSICÓLOGOS

NÚCLEO DE PSICOLOGIA, SISTEMA PRISIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA ATUANDO PARA O FOMENTO DAS DISCUSSÕES DESTA ÁREA DE ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA

CONHEÇA ALGUMAS DAS IMPORTANTES AÇÕES DO NÚCLEO DE PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVIDADES ONLINE E PRESENCIAIS MARCAM A ATUAÇÃO RECENTE DA COMISSÃO GESTORA DA SUBSEDE DO LESTE FLUMINENSE

PSICOLOGIA E LAICIDADE: INFORME SOBRE A RESOLUÇÃO CFP 07/2023

FIQUE ATENTA AOS INFORMES DO CREPOP E CONTRIBUA PARA A CONSTRUÇÃO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO PSI NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

INFORMES DO NÚCLEO DE PSICOLOGIA E TRÁFEGO: ATIVIDADES E PLANEJAMENTOS

CONHEÇA A NOVA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

EIXO DE PSICOLOGIA AMBIENTAL E DIREITO AO TERRITÓRIO

NOVA COMISSÃO! CONHEÇA A COMISSÃO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DO CRP-RJ

VITÓRIA! DESARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI DO SENADO SOBRE AS 30H! COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR DO CRP-RJ ATUANTE PARA AVANÇAR NAS PAUTAS DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

NOVAS REGRAS PARA REGISTRO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA: RESOLUÇÃO CFP 23/2022 ENTROU EM VIGOR NO DIA 2 DE JANEIRO

INFORME SOBRE MUDANÇA DE SISTEMA

EDITORIAL

Carta à Leitora

Estamos na 4ª edição da revista *Psicologias* do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro e nessa edição teremos como tema principal as Comunidades Terapêuticas.

Para comungar ao tema invoco o primeiro parágrafo dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo (RESOLUÇÃO CFP N° 010/05)¹:

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Diante do apresentado quero ressaltar que a Psicologia ao longo dos anos vêm se engajando na participação da construção de Políticas Públicas que vão ao encontro da desinstitucionalização do cuidado em saúde mental. O trabalho que tem sido apresentado nas Comunidades Terapêuticas não condiz com o que se espera do cuidado em saúde mental de pessoas com problemas relacionados ao uso e abuso de Álcool e outras drogas, como aponta o relatório da inspeção nacional em Comunidades Terapêutica realizado em 2017 pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em parceria com instituições de garantia de direitos que em sua descrição apresenta a realidade vivenciada nesses espaços de privação de liberdade com técnicas complexas de torturas e violações de direitos.

Esperamos que esse espaço de leitura possa nos convocar a uma reflexão sobre o debate dos serviços das Comunidades Terapêuticas à luz do que preconiza o Código de Ética profissional do Psicólogo (http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/06/codigo_etica.pdf) para a construção de um caminho de cuidados em saúde mental sem retrocessos e violações de direito no atendimento à população.

Viviane Siqueira Martins
CRP 05/32170

Vice-Presidenta do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

¹Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017 / Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federal; – Brasília DF: CFP, 2018; RESOLUÇÃO CFP N° 010/05)

RETROSPECTIVA ELEIÇÕES DO CRP-RJ

O Sistema Conselhos de Psicologia passou nos dias, 23 a 27 de agosto de 2022, com pleito aberto para a escolha das gestões que administrarão o Conselho Federal de Psicologia e cada um dos Conselhos Regionais do país, pelos próximos 3 anos.

No Rio de Janeiro, as psicólogas e psicólogos elegeram a chapa “Ética e Democracia em Defesa da Psicologia” com 8391 dos votos válidos. Brancos e nulos totalizaram 1601 votos.

Já no âmbito nacional, com ampla margem de diferença, foi eleita a chapa “Frente em Defesa da Psicologia Brasileira” com 54.672 dos votos válidos.

A chapa “Toda Psicologia: Ética, plural e democrática” teve 30.826 votos, enquanto brancos e nulos totalizaram 11.204.

A apuração foi **transmitida ao vivo** pelo Conselho Federal de Psicologia, conferindo maior transparência a todo o processo democrático. ■

05



ELEIÇÕES 2022



POSSE DO XVII PLENÁRIO

06

Eleitas (os) para fazer a gestão do CRP-RJ para o triênio 2022-2025, as conselheiras e conselheiros do XVII Plenário são a reafirmação de tudo pelo que a Psicologia brasileira tem lutado: o respeito, o acolhimento e a valorização da diferença e da diversidade. Por isso, foi realmente histórico eleger 30 pessoas que trazem na própria história de vida e na Psicologia a luta e a resistência pela igualdade de direitos.

Até mesmo a escolha do local não foi por acaso: a UERJ, Universidade pioneira na implementação de cotas raciais e sociais, é também um símbolo de celebração à reparação histórica necessária para pensarmos em um futuro com igualdade.

A então conselheira-presidenta do XVI Plenário do CRP-RJ, Mônica Valéria Affonso Sampaio (CRP 05/44523), a conselheira vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia Anna Carolina Lo Bianco Clementino (CRP 05/1301), e a presidente do Instituto de Psicologia da UERJ Ana Maria Jacó Vilela (CRP 05/661) compuseram a primeira mesa institucional que

saudou ao público de cerca de 180 pessoas presentes, e deu início à sessão solene.

A mestre de cerimônias, a psicóloga e conselheira do XVI Plenário Gabriela Braz (CRP 05/56462), convidou para a composição da mesa de representações institucionais Mônica Sampaio (CRP-RJ), o representante da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) Hildeberto Martins, a representação da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) (ANPSINEP) Thaís Lourenço, a representação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) Bruna Benevides, a representação do Sindicato das Psicólogas do Estado do Rio de Janeiro Marinaldo Santos, e a representação do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) Márcia Molinari.

Após a mesa institucional, se manteve na mesa a conselheira-presidenta do XVI Plenário Mônica Sampaio, que falou sobre a gestão corajosa e inovadora realizada pelo XVI Plenário ao longo dos últimos três anos, de 2019 a 2022, período fundamentalmente atravessado pela pandemia da Covid 19.

“Eu tenho muito orgulho de toda essa história que vivenciamos juntos. Nosso plenário assumiu a gestão do Conselho, e apenas poucos meses depois fomos atingidas (os) pela pandemia que mudou completamente nossas vidas. E no meio de tantas restrições nós, com as 84 pessoas que compõe nosso corpo funcional, conseguimos não só manter, como aprimorar diversos serviços e demandas que precisávamos dar conta. Por isso, hoje, só tenho a agradecer”, falou Mônica.

Em seguida, Mônica Sampaio, emocionada, seguiu para o rito de posse das (os) novas (os) conselheiras (os):

Efetivas (os) – Ágnes Cristina da Silva Pala (CRP 05/32409), Alexandre Vasilenskias Gil (CRP 05/30741), Alfredo Assunção Matos (CRP 05/60474), Céu Silva Cavalcanti (CRP 05/57816),

Claudia Simões Carvalho (CRP 05/30182), Conceição de Maria Gama Carvalho Mathias (CRP 05/39882), Francyne dos Santos Andrade (CRP 05/55825), Isabel Scrivano Martins Santa Bárbara (CRP 05/26162), Julia Horta Nasser (CRP 05/33796), Maíra Amaral de Andrade (CRP 05/32352), Micael Jayme Casarin Castagna (CRP 05/55269), Thais Vargas Menezes (CRP 05/33228), Tiago da Silva Cabral (CRP 05/39728), Victória Antonieta Tapia Gutiérrez (CRP 05/20157) e Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170); Suplentes – Carla Cristina Silvestre Meirelles (CRP 05/423000), Cidiane Vaz Melo (CRP 05/36295), Erika Barbosa de Araujo (CRP 05/50040), Fabiana Mello Paes Barreto (CRP 05/31755), Filipe Degani Carneiro (CRP 05/46254), Jorge Antonio Tavares Peixoto (CRP 05/44215), Juliana Gabriel Pereira (CRP 05/29063), Lucas Gonzaga do Nascimento (CRP 05/49596), Luisa Bertrami D'Angelo (CRP 05/54879), Matheus Branco Leal (CRP 05/55287), Maycon da Silva Pereira (CRP 05/57178), Nilton da Silva Nunes Junior (CRP 05/41715), Rogéria Cristina de Azevedo Villarinho Frasniscuini (CRP 05/37069), Thiago da Rocha Dionizio Rodrigues (CRP 05/50505) e Vanessa Silveira de Brito (CRP 05/28830).



O psicólogo Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, conselheiro no XVI Plenário do CRP-RJ, tendo sido conselheiro presidente, e

encabeçador da chapa que teve mais votos da consulta nacional para a nova gestão do CFP, falou: “Esse é um dia feliz para todos nós, esse é um momento histórico. Que nós não tenhamos dúvidas de que estamos vivendo um momento histórico. Talvez possamos nos perguntar qual dia não é histórico, afinal de contas, todos os dias servem para contar alguma história, mas alguns dias são mais históricos que outros, e sem dúvida alguma esse é um desses dias. Não somente porque estamos comemorando a democracia na Psicologia brasileira, mais um ano que nós, psicólogas e psicólogos do Brasil, elegemos os 24 Conselhos Regionais de Psicologia e elegemos o Conselho Federal de Psicologia. São poucas as profissões que elegem diretamente seus conselhos regionais. Mas, porque estamos juntas e junto elegendo a primeira psicóloga travesti presidenta de Conselho Regional e o primeiro presidente LGBT num Conselho Federal. Isso não é pouca coisa”.

Ato contínuo, é realizada abertura para fala das representações que se inscreveram para participação na solenidade: Ana Paulo Guljor, presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), Maria Eduarda Aguiar, presidente do Conselho Estadual LGBT do Rio de Janeiro, Fernanda Magano, representante da Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), Rogério Giannini, representante do Sindicato de Psicólogas de São Paulo, Paulo Amarante, presidente de honra da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME).

Em seguida, Céu Cavalcanti, a nova conselheira presidenta do CRP-RJ discursou, comovida: “Aqui nessa mesma cidade onde estamos, exatamente 30 anos atrás, seis mulheres trans e travestis se encontravam em um grupo facilitado por uma psicóloga, e nesse grupo de trabalho elas decidiram começar a se vincular para mudar uma cena de violência de todo ordem que as atingia. Então, exatamente 30 anos

atrás, Beatriz Senegal, Josy Silva, Claudia Pierry, Elza Lobão, Monique do Bavieu e Jovanna, se articulam e formam o primeiro movimento travesti do Brasil.(...) Eu fico pensando que há 30 anos, dificilmente eu poderia construir minha vida para além da precarização do trabalho sexual. Eu poder construir minha vida como psicóloga, como professora, como presidenta desse conselho de classes, é um presente muito generoso que recebo diretamente de muitas pessoas, mas em especial daquelas seis mulheres que decidiram se aprofundar para que a vida de nenhuma outra fosse igual ao que vinha sendo”.

“E tenho orgulho de ser uma diferença entre 30 diferenças que compõe este plenário, pois cada um de nós tem sua história que poderá contribuir para muitas lutas. E para construir e manter esse conselho, com nosso corpo funcional, somos todas essas diferenças trabalhando juntas”, falou Céu.

Mulheres, homens, pessoas LGBTI+, pessoas com deficiência, pessoas negras e brancas, entre tantas outras diferenças que constituem as subjetividades de cada indivíduo e contribuem para traçar suas histórias, estão tomando posse nesse plenário. Isso é sobre representatividade, é sobre ocupar espaços, é sobre direitos e ética na Psicologia. É por isso que tanto orgulha e é por isso que é histórico.

NOVA DIRETORIA-EXECUTIVA

A nova diretoria, eleita na primeira plenária ocorrida em momento específico durante a solenidade de posse, e anunciada é composta pela conselheira-presidenta Céu Silva Cavalcanti (CRP 05/57816), Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170) como conselheira vice-presidenta, Claudia Simões Carvalho (CRP 05/30182) como conselheira tesoureira e Julia Horta Nasser (CRP 05/33796) como conselheira secretária.

Veja a cerimônia na íntegra. ■

“MULHERES QUE MOVIMENTAM ESTRUTURAS”

MARCA O MÊS DA MULHER NO CRP-RJ



No dia 24 de março, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, por meio da Comissão Especial de Eventos e do Eixo de Políticas para Mulheres, realizou o evento “Mulheres que Movimentam Estruturas”, no auditório da sede, no Centro do Rio.

O encontro teve início com a mesa institucional formada por Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170), psicóloga, atuante na área de Psicologia Social, coordenadora de programas e projetos do Instituto Observasuas, especialista em sexualidade e gênero (UERJ), colaboradora na Comissão de Psicologia e Relações Étnico Raciais e na Comissão de Psicologia e Políticas Públicas e atual vice presidenta do CRP-RJ, e por Mônica Sampaio (CRP 05/44523), psicóloga no Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), coordenadora da Comissão Especial de Eventos do CRP-RJ e integrante da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

Viviane falou sobre toda forma de violência que atravessa a vida de todas as mulheres, especialmente as que vivem em maior situação de vulnerabilidade, e pontuou o importante papel da Psicologia nessas realidades. “A Psicologia está presente na luta pelos direitos das mulheres. A espinha dorsal do nosso Código de Ética é a garantia de direitos e não nos furtamos a

esse papel. O corpo da mulher está sempre como objeto de disputa, e precisamos problematizar sobre a quem pertence nossos corpos”, ressaltou a vice presidenta do CRP-RJ.

Na sequência, Mônica Sampaio também corroborou à reflexão sobre os corpos femininos, que já foram propriedade de seus pais, maridos, e que ainda hoje, mesmo com tanta luta por igual-



dade de direitos, ainda permanecem como propriedade dos próprios filhos e do Estado, que regula inclusive o direito reprodutivo das mulheres. A psicóloga falou ainda sobre a motivação para criar o evento: “Nós ficamos muito impactadas, em um seminário ocorrido na UERJ, com uma fala de uma psicóloga que trabalhava numa instituição extremamente rígida, que não permitia que ela, negra, usasse seu cabelo trançado como ela gostava. Não conformada com a situação, ela conseguiu se unir a outras mulheres da instituição conservadora, e partir desse movimento, conseguiram mudar essa rigidez em relação aos seus corpos. Esse depoimento nos inspirou a pensar em mulheres que movem estruturas”.

12



CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Luciene Lacerda, doutoranda em educação pela faculdade de educação (UFRJ), mestre em saúde coletiva (UFRJ), integrante do laboratório de estudos e pesquisas em educação superior (LEPES / Faculdade de Educação), da Câmara de Políticas Raciais e da Comissão de Heteroidentificação, ambos da UFRJ, criadora e coordenadora da Campanha dos 21 Dias de Ativismo Contra o Racismo foi a conferencista do encontro.

Dialogando diretamente com as reflexões trazidas por Viviane e Mônica, na mesa institucional, Luciene falou sobre o pertencimento do corpo da mulher, lembrando que o Estado é quem

determina, por exemplo, sobre a interrupção ou continuidade de uma gestação, mesmo advinda de uma violência sexual, muitas vezes a despeito das consequências para um corpo feminino infantil, ainda não preparado para gerar e parir sem comprometer a saúde.

Seguindo a temática proposta, Luciene também ressaltou que “mulheres que quebram as estruturas são aquelas que vão além, que movimentam a rigidez do patriarcado. Mulheres como Maria da Penha, Virgínia Bicudo, entre tantas outras mudam a realidade a sua volta e mudam a vida de muitas outras mulheres junto. Marielle (Franco) era um exemplo de mulher que movimentava outras mulheres. Ela já vinha se preparando para voos maiores. Ela não foi assassinada somente pelo que ela era, mas pelo que ela viria a ser. Esse baque não nos calou e não nos calará. Continuaremos nos movimentando por todas nós”.



MESA “MULHERES, NOSSOS PASSOS VEM DE LONGE”

A última atividade do dia foi a mesa temática “Mulheres, nossos passos vem de longe” com a participação

de Mariana Patrocínio, graduanda em Psicologia (UFRJ), pesquisadora nas Temáticas de Gênero, Sexualidade na Atenção Primária à Saúde, estagiária/bolsista no Projeto “Psicologia e Justiça: Construção de Outros Processos”; de Alexandra Valéria Vicente da Silva (CRP 05/26863), psicóloga, doutora em Psicologia (UFRJ), mestre em Psicologia Social (UERJ), coordenadora de Saúde Mental do Instituto de Pesquisa de Prevenção e Estudos em Suicídio, membro da Associação Brasileira de Prevenção ao Suicídio e pesquisadora do GT/ ANPEPP – Psicologia e Segurança; de Amanda Almeida (CRP 05/37764), psicóloga, mestra em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/ Fio Cruz), integrante da Equipe da Gerência de Ambiência e Relações com o Trabalho

da SMS RJ, que se dedica ao acolhimento de servidoras e servidores do Município, atua na articulação em Rede, sobretudo com os serviços de saúde. A mediação foi de Erika Barbosa de Araújo (CRP 05/50040), psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), coordenadora e docente no curso de Psicologia na Universidade Estácio de Sá (Campus Nova Iguaçu) e conselheira do XVII Plenário do CRP-RJ, onde coordena a Comissão de Formação e Liberdade de Cátedra e participa das Comissões de Saúde e Saúde Mental e do Eixo de Política para Mulheres.

Mariana trouxe sua experiência enquanto pesquisadora no âmbito do sistema prisional e compartilhou com público suas reflexões: “foi particularmente desafiador estar naquele lugar enquanto uma pesquisadora, mulher, negra. Vivenciar um espaço criado para aprisionar nossos corpos, os corpos matáveis da sociedade foi muito impactante. Inclusive pude perceber nuances do racismo que nos querem como objeto de estudo, mas quando nós somos os sujeitos pesquisadores, por vezes somos acusados de sentimentais e pouco ‘científicos’”.

14



Já Alexandra, que também atua como psicóloga no Bope – Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) – contribui com uma fala extremamente pertinente sobre a construção da confiança para a atuação psi. “Encontrei preconceito por ser mulher e por ser psicóloga, no início? Sim, encontrei. Mas, atuamos para construir uma relação de confiança num ambiente muito desafiador. Não há um setting terapêutico convencional. Eu atuo andando pelas dependências do batalhão, subindo e descendo a ladeira. Conseguimos construir a possibilidade de atuar por meio da confiança gerada ao longo do tempo e do trabalho em conjunto. Muitas vezes fui ‘prá rua’ com eles. E isso nunca significou julgamento ou acobertamento, mas sim

proximidade com o stress e todas as situações que podem acontecer com um agente de segurança público em campo”.

Por fim, Amanda, atuante na Saúde, formulou algumas considerações como “a construção de práticas e atuação psi através do diálogo e em relação, assim como Alexandra falou, é fundamental também na nossa realidade, entre profissionais, gestores, equipes, usuárias e usuários do SUS. Sempre no âmbito dos Direitos Humanos e com o entendimento de uma clínica que é política. A necessária atuação psi no campo da Saúde das mulheres, dadas as disparidades, desigualdades, indicadores de saúde, condições de trabalho no SUS, geram reflexões e práticas a serem partilhadas entre as próprias psicólogas (os) e equipes de saúde”.

Erika finalizou reafirmando “a assistência integral à vida da mulher é fundamental e é papel da Psicologia atuar aí. Por volta de 2015, tivemos Zika vírus e muitas crianças nasceram com microcefalia. Eu atuei como voluntária em equipamentos de saúde nessa época, e é de fundamental importância o acompanhamento dessas mulheres e dessas famílias. Essas crianças, como tantas outras situações, não são números, são pessoas”.



15

Houve ainda um momento microfone aberto com perguntas e colocações do público presente.

Quer saber mais sobre o evento? Assista na íntegra pelo [link](#). ■

Temos também o vídeo com o resumo do dia das mulheres:



18 DE MAIO

DIA DA LUTA

ANTIMANICOMIAL

MAIS DO QUE NUNCA

É PRECISO RESISTIR

E LUTAR!



Há 36 anos, o dia 18 de maio é celebrado no Brasil como o Dia da Luta Antimanicomial, estabelecida a partir do II Encontro Nacional de Trabalhadores da Saúde Mental, em 1987. A data tem sido, desde então, um dia para visibilizar de forma mais contundente a luta por uma sociedade sem manicômios, com o cuidado em liberdade, em rede e integrado à cidade, onde a diversidade humana não seja estigmatizada em laudos psiquiátricos e enclausurada em prescrições medicalizantes.

No atual momento, vivemos o momento pós-pandemia e de mudança no cenário político nacional. A grave crise sanitária

que vivenciamos levou a vida de milhares de pessoas, deixando tantas outras enlutadas. E diante desse quadro, testemunhamos o avançar dos ataques à ciência, à saúde, à democracia e aos direitos humanos mais básicos. O alinhamento governamental a práticas neoliberais e de retrocessos nas políticas públicas, que não excluem um ataque à política pública de Saúde Mental, pode ser medido concretamente em cortes sucessivos de investimento, como, por exemplo, o que propõe a Portaria 596/2022 do Ministério da Saúde, que diminui recursos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Agora o momento continua sendo de luta, com um canal de diálogo mais amplo na atual conjuntura, mas ainda assim com diversos enfrentamentos a serem travados.

É importante lembrar que a Lei nº 10.216/2001 da Reforma Psiquiátrica, que decretou o fim dos hospitais psiquiátricos no Brasil e a implementação de serviços territoriais substitutivos, representou e representa um avanço enorme na luta antimanicomial, mas essa conquista precisa ser protegida, pois ainda vivenciamos o avanço contínuo de modelos manicomiais como, por exemplo, as Comunidades Terapêuticas.

Nos últimos anos, a inserção de Comunidades Terapêuticas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e o enfraquecimento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) ameaçam as conquistas árduas trazidas pelos movimentos sociais e pela Reforma Psiquiátrica brasileira.

Diante de tudo o que passamos e o que ainda temos passado em termos de saúde pública, mais do que nunca temos a confirmação inequívoca de que o SUS público e de qualidade é imprescindível para o país, tornando fundamental o posicionamento crítico e ético de profissionais e conselhos de categorias em favor da saúde e da democracia.

E se lembrarmos o estrangulamento financeiro que o SUS vem sofrendo há anos, afetando diretamente os serviços de Saú-

de Mental, percebemos o quanto a Reforma Psiquiátrica está em risco. Por isso, a Psicologia deve estar implicada na luta por uma saúde pública, universal, gratuita e de qualidade.

Não é possível se omitir diante dessa realidade, nem tampouco considerar que a conquista já está posta. Há um grande mal-estar diante de uma série de situações que materializam os retrocessos nos serviços de saúde mental, a hipermedicalização, os efeitos psíquicos da pandemia, o aumento crescente de pessoas que vivem situação de insegurança alimentar e as que vivem em situação de rua, entre tantos outros aspectos.

O momento, apesar de mais aberto ao diálogo, continua sendo de vigília, resistência e mobilização. E a Psicologia deve, no coletivo de seus profissionais, entidades e conselhos, reafirmar seu protagonismo na Luta Antimanicomial, reforçando seu compromisso ético de ampliar e fortalecer a desinstitucionalização total e irrestrita, rompendo com as amarras da camisa de força e derrubando os muros, inclusive os simbólicos, que, por séculos, enclausuram a loucura e a diferença.

O cuidado em liberdade, em rede e integrado à cidade é e sempre será o melhor “tratamento”. Loucura não se prende!! ■



COMUNIDADES TERAPÊUTICAS:

COMO A PSICOLOGIA BRASILEIRA VÊ O AVANÇO DE UM MODELO QUE TRAZ A LÓGICA MANICOMIAL COMO SUA ESPINHA DORSAL

CTs defendem abstinência e privação de liberdade, na contramão da política de redução de danos e dos preceitos da Reforma Psiquiátrica brasileira

19

Nos últimos anos, o Brasil passou por momentos desafiadores, com retrocesso e cortes de orçamento nas políticas públicas de saúde e saúde mental, concomitantemente ao enfrentamento da maior crise sanitária dos últimos 100 anos: a pandemia da Covid-19.

Com o fim da pandemia, decretado pela OMS – Organização Mundial da Saúde no dia 5 de maio de 2023, e a mudança no cenário político nacional este ano, a esperança de dias melhores tomou conta de uma boa parte da população, inclusive no tocante aos investimentos nas políticas públicas fundamentais como saúde e educação, uma pauta importante para a atual gestão do país. Entretanto, ainda não é momento de comemorar grandes feitos, e há muita luta por vir: no âmbito da saúde mental, as Comunidades Terapêuticas (CTs) continuam ganhando força e espaço (leia-se aqui investimento de

dinheiro público) para “cuidar” das pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, num modelo ultrapassado, contrário à Reforma Psiquiátrica brasileira (lei 10.216/2001).

Esta reportagem ouviu três especialistas para traçar um histórico das CTs no Brasil, bem como aprofundar os desafios e posicionamentos da Psicologia brasileira diante destas instituições.

Thiago B. L. Melicio (CRP 05/35915), psicólogo, professor do Departamento de Psicologia Social do IP/UFRJ e vice coordenador da Residência Multiprofissional de Saúde da Família e Comunidade - HESFA/UFRJ; Annie Louise Saboya Prado, psicóloga (CRP 06/86192), redutora de danos e professora de yoga e meditação. Atual conselheira presidenta da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-SP. Possui experiência como psicóloga e gestora de equipamentos do SUAS e do SUS. Atua com psicologia clínica, em projetos comunitários e com práticas integrativas e complementares em saúde. Membro do Div3rso Redução de Danos: Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão da UNIFESP Baixada Santista, atualmente como supervisora. militante antiproibicionista e antimanicomial; e Daniel Caldeira de Melo (CRP 04/30035), psicólogo, mestrando em gestão de políticas públicas (EACH/USP) e especialista em análise institucional, esquizoanálise e esquizodrama; atualmente é conselheiro do CRP-MG, onde integra a coordenação da Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Cannabis Terapêutica e também representa a subsede do Triângulo Mineiro. Foi perito no Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) entre 2018 e 2021 e possui experiências profissionais e acadêmicas em direitos humanos, segurança pública, infância e juventude, participação social e cultural.

Segundo Melício, o termo comunidade terapêutica começa a ser usado no Reino Unido pós-Segunda Guerra Mundial. “Durante a guerra muitos profissionais de saúde observaram a semelhança que os campos de concentração tinham com os

manicômios, e então uma série de reformas começaram a ser realizadas nos manicômios ainda como tentativa de tornar esse local asilar, um local que pudesse promover algum tipo de cuidado em saúde. Dentre essas reformas no Reuni Unido foi criada a ideia de comunidades terapêuticas no qual se mantém o manicômio mais se buscam relações mais horizontais, uma alternância de papéis que cada profissional desempenhava ali dentro, com a realização de assembleias inclusive. Contudo, de início é importante frisar que a comunidade terapêutica das reformas psiquiátricas da Europa, pós-Segunda Guerra, nada tem a ver, ou muito pouco, com a comunidade terapêutica brasileira. O que se observa aqui é uma continuação de um modelo que passa a ser instalado junto com os manicômios, as casas dos alienados, que é um modelo de separar a pessoa que está em algum estado de sofrimento psíquico decorrente de um transtorno mental e/ou de um uso abusivo de álcool e outras drogas”. E podemos deduzir assim que a imagem pejorativa e disfuncional dos usuários de drogas parece não ter sofrido grandes alterações ao longo da história, inclusive sempre um tanto mesclada com as questões de saúde mental.

Outro ponto que podemos pensar também é a associação entre o uso de substâncias psicoativas e a criminalidade. Ao longo da história a internação dos usuários de drogas, assim como das pessoas com algum sofrimento psíquico, era considerada fundamental para prevenir os crimes que estes indivíduos pudessem vir a causar. Assim, no entendimento de grande parte dos higienistas, os problemas que envolviam a vida dos dependentes de álcool e outras drogas decorriam do seu “vício”, apenas uma consequência desse consumo. Entretanto, por uma perspectiva sócio-histórica, esse consumo deveria ser entendido como sintoma de uma série de outras questões sociais. Essa falta de estrutura social, na lógica da exclusão, acaba por legitimar a internação, inclusive compulsória, prolongada dos usuários de drogas em CTs, internação

essa que, em meio ao pânico gerado nas narrativas das questões atuais de pessoas em situação de rua, usuários de crack e outras drogas, encontra fácil aceitação social.

Annie Prado enxerga o cenário atual com bastante preocupação: “(as CTs) é algo que teve um crescimento muito intenso principalmente nos últimos cinco anos e até então não teve uma parada, continua crescendo. É preocupante porque já é uma unanimidade entre movimentos sociais e Conselhos de Psicologia de que estes são espaços análogos ao manicômio, e mesmo assim isso não impede que os recursos continuem sendo deslocados para esses lugares, para essas comunidades terapêuticas. Em maio mesmo participei de uma reunião do Conselho Nacional de Direitos Humanos com representação de diversos conselhos e instituições acadêmicas, com um posicionamento bem contundente contra essa expansão das CTs, contra os recursos da Saúde ou da Assistência Social para esses lugares, e mesmo assim tem essa expansão. Aí entendemos que existe algo poderoso, interesses maiores que continuam validando esse tipo de instituição apesar de a própria academia científica, as fiscalizações que os conselhos realizam, não demonstrem efetividade nenhuma. Pelo contrário, o que se observa é sequência de internações das mesmas pessoas.

E as próprias comunidades terapêuticas não produzem ciência, elas não estão inseridas dentro dos meios acadêmicos para produzir dados, sejam quantitativos muito menos qualitativos sobre os serviços que elas oferecem”.

Segundo explicou Melício, a Comunidade Terapêutica no Brasil está muito vinculada ao histórico manicomial de uma proposta asilar de tratamento no qual se retira a pessoa do convívio social. Então, ainda que o movimento da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica tenham ganhado repercussão e, em tese, sejam a fonte dos princípios que devem embasar o atendimento aos usuários de álcool e outras drogas, as CTs,

os hospitais psiquiátricos e demais instituições de internação prolongada continuam sendo admitidos dentro das políticas públicas de saúde mental e apoiados pela sociedade. Pontuamos ainda que o financiamento público das CTs, em detrimento do fortalecimento da rede pública de atenção aos usuários de álcool e outras drogas, soma-se a um conjunto de forças por parte de alguns setores que tentam enfraquecer o SUS. E com menos investimento de recursos em dispositivos públicos, aumentam-se as dificuldades para o seu pleno funcionamento e, com isso, incrementam-se as justificativas para a terceirização e privatização de outros serviços da mesma natureza.

Inclusive, Prado pontuou que “tudo tem muito a ver com o deslocamento dos recursos públicos financeiros. O que se vê é o sucateamento das políticas públicas em geral. A questão dos CAPS não serem 24 horas, por exemplo, que é algo que está há quase uma década previsto na legislação como um serviço substitutivo, e muitos municípios não tem de álcool e drogas (CAPS AD)”.

Melo explicou que hoje o problema é emergencialmente social, e de alguma forma isso legitimaria recursos da Assistência Social para as CTs, perante a opinião pública. A questão da droga no ambiente privado de classe média, classe média alta dificilmente se torna tão escancarado e público, quanto como nas camadas mais populares. E o que está em jogo aqui é um modelo contrário ao que se tem estudado como mais eficaz no acompanhamento a pessoas em uso de drogas, e que segue recebendo investimento público para um tipo de cuidado que não é o mais indicado por especialistas.

Segundo Melício, “as CTs tem recebido grande incentivo do Ministério do Desenvolvimento Social, e ainda recebe um aporte financeiro do Ministério da Saúde. Mas, o do Desenvolvimento Social sem dúvida é o de maior montante. Os critérios do Ministério da Saúde em relação a que tipo de financiamento pode-se colocar, acabou limitando as possibilidades de finan-

ciamento das CTs por lá, mas seja em qual setor for, as problemáticas persistem, já que nós temos princípios e diretrizes que são compartilhados entre essas políticas, seja o SUS ou o SUAS. Então, o que se pensar como universalidade, integridade e equidade do cuidado também passa por um princípio que é de uma participação efetiva do usuário no desenvolvimento do seu projeto terapêutico no desenvolvimento do cuidado relacionado ao seu caso”.

Sem contar uma outra grande questão que deve ser levada em conta em relação às CTs: a laicidade. Conforme Melo nos trouxe em sua entrevista, a questão religiosa está na origem. Se as CTs são pautadas por métodos que advêm de grupos de ajuda mútua, como AA e NA, há uma espiritualidade presente na narrativa, na proposta de atendimento. “Então, essa espiritualidade vai ser completamente contrária a uma noção laica como a da Psicologia, por exemplo. As comunidades terapêuticas são espaços de violação da laicidade e da liberdade de credo, pois são majoritariamente pautadas por uma fundamentação religiosa, espiritual, espiritualista específica. É a partir daí que começa todo o atendimento proposto. Que vem com movimento de culpa, de arrependimento, de resignação, de expiação”. E assim, se justificaria no interior destes espaços a tortura, os castigos físicos, o trabalho forçado.

Segundo o Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, produzido pelo CFP, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PFDC/MPF) produzido a partir de vistorias ocorridas simultaneamente em 28 estabelecimentos nos estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal, em 2018, todas as CTs inspecionadas possuíam algum grau de violação de direitos humanos básicos. Das 28 comunidades terapêuticas visitadas, apenas duas

dispunham de documento médico com a autorização para internações. Onze dos locais visitados promoviam internação de adolescentes; em 16 dos locais inspecionados foram identificadas práticas de castigo e punição a internos. Além disso, em ao menos 16 das 28 instituições visitadas, não há respeito à diversidade de orientação sexual e à identidade de gênero.

Em **reportagem veiculada no Fantástico** em junho de 2022, pode-se perceber que esse quadro não mudou durante ou após a pandemia. Segundo a apuração da reportagem, castigos físicos, racionamento de comida, segregação, repressão sexual e doutrinação religiosa continuam sendo métodos utilizados amplamente no “cuidado” das pessoas acolhidas por essas instituições, que recebem milhões do Poder Público.

Melício, que atuou no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro nos XV e XVI Plenários, compondo a equipe de algumas inspeções às CTs, frisou: “esse é um ponto fundamental, nós entendemos como muito problemático e violadora de direito essa imposição de um aspecto religioso.

Outro caráter que apareceu nas inspeções é que muitas vezes há uma compreensão equivocada da laborterapia, uma terapia pelo trabalho com uma ocupação a produzir saúde e benefício para pessoa, que, na verdade, era um trabalho forçado, análogo da escravidão”.

O viés moralista e higienista permanece intocável nas CTs, que é um discurso que tem apelo na sociedade como um todo. O imaginário do “drogado”, do “louco”, como inconvenientes e marginais que devem ser retirados do convívio social encontra aderência junto à sociedade, que sequer reflete sobre o fato de que drogas lícitas como álcool e aquelas compradas na farmácia (drogaria) também fazem de seus usuários, “drogados”.

Para a Psicologia, ética, pautada na defesa dos direitos humanos conforme preconiza o Código de Ética profissional, este é um terreno com muita luta pela frente. Segundo Melo, “a pri-

meira coisa é que a Psicologia tem que se posicionar contrária a esse modelo de atendimento realizado dentro das comunidades terapêuticas. Por mais que seja difícil, é importante enquanto profissão reconhecer que esse não é o lugar do psicólogo e trabalhar para que não haja psicólogos nesse espaço. Porquê da forma como esses espaços permanecem constituídos, e não há sinais de mudança, nós estaríamos contra o SUS, contra a nossa constituição, contra ciência e estaríamos promovendo um tratamento degradante”.

E a Psicologia, enquanto ciência tem estado presente na produção de dados e construção de conhecimento cada vez mais embasado sobre a eficácia da política de redução de danos, do cuidado integral em rede e em liberdade. Prado, ressaltou que “a Psicologia como ciência pode contribuir até mais do que ela já tem contribuído. Nós já temos uma importância histórica grande dentro dessa denúncia social das comunidades terapêuticas, pelo acúmulo de informações que nós temos. Usam nossos materiais e produções em muitas instâncias, outras profissões, produções acadêmicas, matérias jornalísticas e vários lugares que nos usam como fonte. Então acho que essa é uma contribuição grande que a Psicologia tem: estamos estudando, teorizando, fiscalizando”.

Melício destacou que o Sistema Conselhos de Psicologia exerce esse papel fundamental, suas funções precípuas, que é fiscalizar, orientar e disciplinar. Além disso, segundo o professor, “outra coisa que o Sistema Conselhos de Psicologia poderia fazer é contribuir para visibilizar aquilo que é uma grande conquista da sociedade brasileira, de movimentos dos usuários, familiares e profissionais saúde mental: nós estamos a mais de 40 anos tentando superar o que o manicômio produziu enquanto um tratamento de saúde mental que foi totalmente devastador”. E, infelizmente, o que se apresentou nos últimos anos é o sucateamento dos CAPS, os Centros de Convivência

e cultura saíram das últimas portarias da RAPS. O que se tem visto é uma diminuição das conquistas em relação aos dispositivos que estariam alinhados às diretrizes e princípios da Luta Antimanicomial ao passo que as CTs cresceram.

O fato é que as políticas públicas foram esvaziadas, perdendo espaço de atuação, abrindo uma lacuna que veem sendo ocupada pelas CTs. RAPS antimanicomial, políticas públicas antimanicomiais, políticas antimanicomiais, cuidado em liberdade, da redução de danos, movimentos anti-proibicionistas são as diretrizes comprovadamente mais eficazes para saúde das pessoas que necessitam destes cuidados. Trabalhos forçados, religião imposta, tortura, fome, abstinência, violência nunca foram, conforme a história pode nos comprovar, métodos com resultados positivos que conseguiram produzir alguma saúde. É necessário repensar tratamentos compulsórios que retiram do indivíduo qualquer capacidade de ser o sujeito da sua própria vida. Longe de produzir saúde, isso adocece. E a Psicologia brasileira não silencia e não silenciara frente a estes desafios. ■





“TRATAMENTO MORAL”: DE PINEL ÀS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

Autora: Victoria Antonieta Tapia Gutiérrez (CRP 05/20157) é psicóloga, atua na Clínica com abordagem Sistêmica e ênfase no atendimento de Família e Casal. Graduada em Psicologia pela Universidade Gama Filho (1994); Especialista em Terapia Familiar e de Casal pelo Instituto de Psiquiatria IPUB/UFRJ; Especialista em Assistência a Usuários de Álcool e Drogas pelo PROJAD – IPUB/UFRJ; Conselheira Presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (CMPD) de Petrópolis, gestão 2022-2024, na representação do segmento de Sociedade Civil.

No atual momento que vivemos, principalmente no Brasil, momento de desmontes e retrocessos, se faz necessário retomar a história do nascimento da Psiquiatria, os seus moldes de controle, religiosidade e moralismo, a forma que ela chega e se apresenta no mundo e depois no Brasil, e sua transformação através do tempo, quando passa a considerar as singularidades e a história dos indivíduos. Porém, em nossa atualidade, vivenciamos, o retorno do modelo moral/criminal, principalmente quando o público AD (álcool e drogas) passa a ser considerado como o “novo louco”, resgatando a Psiquiatria – quase inquisidora – travestida de cuidado, por meio das Comunidades Terapêuticas, instituições de segregação máxima, segmentadas em um discurso proibicionista, onde o uso de drogas é visto como moralmente incorreto e onde se tem como objetivo final a correção, a libertação, a cura e a “sociedade livre de drogas”.

Voltando ao século XVIII, Phillippe Pinel (considerado o pai da psiquiatria) liberta os doentes mentais das correntes, substituindo os asilos pelos manicômios, que eram destinados somente aos doentes mentais, os alienados. Para Pinel o tratamento no manicômio seria de reeducação do alienado, consistindo em uma ampla pedagogia normalizadora com

horários e rotina estabelecidos e seguidos de maneira rígida, assim como o uso de medicamentos prescritos pelo médico. No chamado “Tratamento Moral”, o respeito as normas, controle de comportamentos considerados inconvenientes, atividades laborais, a algum lazer eram indispensáveis. Pinel afirmava que “A função disciplinadora do manicômio e

“A FUNÇÃO DISCIPLINADORA DO MANICÔMIO E DO MÉDICO DEVE SER EXERCIDA COMO UM PERFEITO EQUILÍBRIO ENTRE FIRMEZA E GENTILEZA”.

do médico deve ser exercida como um perfeito equilíbrio entre firmeza e gentileza”. Porém, com o passar do tempo as ideias de Pinel foram sendo abandonadas e métodos corretivos (físicos) foram introduzidos, uma forma de modificar comportamentos e hábitos; tudo era justificado para controlar o chamado doente mental. O isolamento se justificava como terapêutico, uma vez que ao afastar o doente do mundo externo, se acredita que se podia intervir no conflito interno, apoiando as forças da saúde e a tendência natural da doença na direção da cura. No início do século XIX o tratamento do doente era uma releitura distorcida do Tratamento Moral de Pinel, utilizando medidas físicas e higiênicas como: duchas, banhos frios, chicotadas, máquinas giratórias e sangrias.

Após diversas conquistas a partir da Reforma Psiquiátrica vivenciamos um momento político, que se caracterizou por retrocessos. Resgatando a possibilidade de internações involuntárias e indicações de tratamentos em instituições com moldes asilares. A lei 11.343/2006 e sua revisão a lei 13.840/2019 marcam a retomada da manicomização – introduz legalmente a lógica manicomial, a prisão para o usuário (AD) e o “tratamento” obrigatório. Ressaltando que a internação involuntária se destina a uma determinada camada da população (principalmente a população em situação de rua) – a lógica da higienização. As Drogas são o grande inimigo que precisa ser isolado. A ideia de cura e internação estão ligados, o modelo moral/criminal que tem que ser seguido é o que a política sobre drogas, prega. O uso de drogas é moralmente incorreto e o “tratamento” tem como objetivo final, a correção, e uma “sociedade livre de drogas”. Um suposto tratamento que produz violência, ao deter o poder de controlar quem entra e quem sai e a prática dessa violência dá lucro, um nicho que as igrejas, em sua maioria, ocupam, se apoderando dos espaços onde os serviços do Estado, presumidamente, não chegam por meio das Comunidades Terapêuticas.

Para entender melhor o paralelo que faço aqui, cabe lembrar que nas sociedades pré-capitalistas os loucos (ou os diferentes), eram compreendidos e tratados de diferentes maneiras, mas geralmente, com sentido mágico ou religioso. Com advento da industrialização a ciência passa ocupar espaço central para explicar diferentes fenômenos, portanto com o desenvolvimento da industrialização, o crescimento do comércio, as mudanças crescentes nas formas de agir e de se viver no meio capitalista, alguns não se adaptaram a essas mudanças, e foram se evidenciando os moradores de rua, a prostituição, os “marginais”, os loucos. Essas pessoas que não se adaptavam a ordenação/disciplina eram/são excluídas do convívio.

A nova organização do trabalho passa a exigir locais para abrigar as pessoas que não se enquadravam nesse novo sistema, ou seja, locais para abrigar os “diferentes” ou “desordeiros” ou “loucos” ou usuários de drogas. Assim, as pessoas que por alguma razão não conseguiam se adaptar as formas disciplinadas de convivência, ao trabalho urbano e industrial, foram sendo excluídas em prisões ou asilos e, atualmente, nas Comunidades Terapêuticas, onde a separação era/é necessária para não colocar em risco a ordem social vigente. Retrocessos que se evidenciam através do destino de recursos públicos para Comunidades Terapêuticas, onde o cuidado em rede, no território, o respeito a liberdade e singularidade das pessoas não são valorizados. Vivenciamos tentativas de desconstruir as estratégias de Redução de Danos, estratégias essas que foram disseminadas mundialmente desde o início do século XX e que passaram a ser muito mais do que ações preventivas, mas sim, base da assistência a usuários de drogas no Brasil, tendo como finalidade diminuir riscos e danos para indivíduos que usam drogas e que não desejam, ou não conseguem, interromper o uso. É o respeito pelo usuário como protagonista de sua história, de seu uso e de seu tratamento, beneficiando, dessa forma, a família e a comunidade nas quais o está inserido.

O retorno a manicomização fica evidente ao analisarmos as diversas Leis, Projetos de Leis, Notas Técnicas e Portarias que tentam legitimar o funcionamento das Comunidades Terapêuticas. Em 2011, através da Portaria nº 3088, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e na sequência, em 2012 com a Portaria de nº131, que institui incentivo financeiro de custeio destinado aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal para apoio ao custeio de Serviços de Atenção em Regime Residencial, incluídas as Comunidades Terapêuticas, voltados para pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial. Comunidades Terapêuticas inseridas no rol de equipamentos de Saúde, podem receber verba pública para um serviço que não é público, serviços moralistas que não se legitimam teórica e cientificamente, pregando o discurso do cuidado baseado na segregação e nos trabalhos forçados.

Respeitar a diversidade das pessoas que apresentam problemas de saúde mental ou com o uso prejudicial de drogas, se faz extremamente necessário, assim como instrumentalizar e valorizar os serviços de atendimento que valorizam a convivência e respeitam a diferença dos usuários. Implicando os sujeitos na responsabilidade de seu tratamento, do seu uso, do seu projeto terapêutico, na responsabilidade por si, por suas atitudes, por suas escolhas. E nós, enquanto profissionais de saúde, lembrar que todos os momentos são terapêuticos, que nosso trabalho parte do desejo do indivíduo, que nosso esforço e dedicação deve ser em luta da manutenção dos serviços de saúde funcionando, agir e impor nossa voz, para que os usuários tenham espaços para serem vistos e pertencer, e não mais espaços de confinamento de segregação, nos quais as individualidades se perdem e prevalecem somente os rótulos. ■

“ATRAVESSAMENTOS ÉTNICO-RACIAIS NO CUIDADO OFERTADO POR COMUNIDADES TERAPÊUTICAS”

Autor: Tiago da Silva Cabral (CRP 05/39728) é psicólogo, escritor e professor, atua na clínica e em políticas públicas sociais como estatutário há mais de 10 anos, além de ser militante da Psicologia preta.

33

Por mais que haja uma inércia a ser vencida para se tratar do assunto racismo no Brasil partindo do senso comum, dentro da psicologia, campo científico, já está mais que posto por estudos de natureza qualitativa e quantitativa que os processos raciais estruturados na sociedade brasileira possuem uma natureza cujo objetivo é de promoção de sofrimento.

O racismo atravessa as mais diversas relações sociais, alguns autores como Silvio de Almeida dizem que ele faz parte da própria estrutura social da cultura brasileira, tendo fundado relações que embasam uma hierarquia social que, se já não fosse mal o suficiente ser atravessada por questões de intensa desigualdade social, ainda tem forte influência de segregação minoritária em diversas dimensões de manifestação da subjetividade não só como racismo também sexualidade e outros recortes.

Então considerando que está posto que o racismo é um processo adoecedor e que isso é uma convenção científica, precisamos pensar sobre quais instituições deveriam existir para lidar com esse sofrimento. Já seria muito difícil pensar soluções mesmo num lugar institucional idealizando, ou seja, onde tudo funciona, já que raça é tema complexo cujo manejo carece de profissionais treinados para lidar com esse recorte específico que é o racismo particular do Brasil. Mas a situação se agrava quando notamos o flagrante desmonte das políticas de cuidado, sejam sociais ou de saúde.

Tendo consciência do papel institucional desses lugares de cuidado e, observando o que vem acontecendo nos últimos anos nesses processos dentro das políticas públicas, é flagrante perceber que o sistemático processo de ausência desse cuidado tem deixado pessoas em situação de fragilidade ainda mais vulneráveis, portanto, suscetíveis a qualquer oferta de amparo, mesmo que este esteja muito longe do ideal.

É importante reforçar que a desigualdade no Brasil vem aumentando tendo por vítimas preferenciais a população negra. Segundo dados do IPEA a população em situação de rua no Brasil cresceu 38% entre 2019 e 2022 lembrando que a população negra é quase o dobro da não racializada quando falamos desse recorte social.

Interessante destacar que esse lugar de cuidado ofertado pelas comunidades terapêuticas não é apenas um lugar de cuidado em saúde, mas ele também concorre com políticas públicas de garantia de direitos e de combate a violência, já que o mesmo público vulnerabilizado pela desigualdade social que vai precisar de cuidado em saúde é atendido também por essa oferta de cuidado de assistência social devido aos diversos acompanhamentos psicossociais ofertados por equipamentos como CRAS e CREAS que fazem manutenção e resgate de vínculos que, quando rompidos, criam diversas

formas de sofrimento, incluindo a vulnerabilidade social. Portanto, comunidades terapêuticas também acabam concorrendo, talvez de forma indireta, com abrigos institucionais ou serviços na modalidade “dia” como acontece em alguns CRE-AS ou nos Centros Pop.

É importante destacar também a natureza do lugar de cuidado que as comunidades terapêuticas oferecem, pois o tratamento religioso, em algumas configurações, pode isolar ainda mais o sujeito de seu território, comunidade e família. Além, é claro, do racismo religioso ser, geralmente, tema aberto e flagrante nessas instituições o que, em certos casos, afasta ainda mais o sujeito de seus vínculos.

Não estamos dizendo que a religião afasta as pessoas, muito pelo contrário. Porém, muitas das vezes a forma exclusivista com a qual ela é imposta nas comunidades terapêuticas talvez incentive o sujeito a se isolar da sociedade quando, na verdade, precisa ser acolhido por ela.

Soa repetitivo falar sobre as violações de direitos que geralmente são protagonizadas nessas instituições, porém o fato é que, tendo em vista o cenário social do nosso país, fica muito fácil presumir que pessoas negras e outras minorias apresentam maior vulnerabilidade potencial nessas instituições.

Portanto, combater as potenciais violações de direito cometidas pelo estado através de comunidades terapêuticas é também combater, de certa forma, o racismo, já que uma vez que acolhemos o sofrimento gerado por ele através de um cuidado ético e científico seus danos à sociedade tendem a diminuir. ■

EIXO VIOLÊNCIA DE ESTADO E ENFRENTAMENTO À TORTURA: AÇÕES E POSICIONAMENTO EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS



O Eixo Violência de Estado e Enfrentamento à Tortura endossa o posicionamento da atual plenária na defesa dos direitos humanos e contra toda forma de tortura. Coordenado pelo conselheiro Lucas Gonzaga, o Eixo conta com as conselheiras Céu Cavalcanti, Luisa Bertrami e Francyne Andrade, além da colaboração de Filipe Asth, Graziela Contessoto, Camilla Balanzi e Ana Marcela Terra. O eixo possui representantes no Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e na Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado.

Além disso, destacamos a importante participação no I Seminário Regional de Psicologia e Violência de Estado, realizado em março no Rio de Janeiro.

O Eixo também articulou o apoio do CRP-RJ à entrega da medalha Chico Mendes, organizada pelo Grupo Tortura Nunca Mais. Dentre as ações previstas, estão a realização de Cinepesis para debater a violência de Estado nas diversas regiões do estado, além de um evento ligado ao Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura. Outras ações estão sendo planejadas para dialogar com a categoria e com a sociedade, (re)afirmando o compromisso da Psicologia no enfrentamento às diversas formas de tortura e violência de Estado. ■



1º SEMINÁRIO REGIONAL DE PSICOLOGIA E VIOLÊNCIA DE ESTADO OCORRE NOS DIAS 3 E 4 DE MARÇO, LOTANDO O AUDITÓRIO DA UVA, NA TIJUCA

37

Evento organizado pelos quatro Conselhos Regionais de Psicologia do Sudeste, além do CFP, tem o Rio como sede

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-RJ, em conjunto com os CRPs de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e com o Conselho Federal de Psicologia, realizou nos dias 3 e 4 de março, o “I Seminário Regional de Psicologia e Violência de Estado – Sudeste”, na Universidade Veiga de Almeida, campus Tijuca.

O evento foi um sucesso contabilizando mais de 300 pessoas credenciadas. O auditório teve lotação máxima e houve retransmissão em outra sala para que toda a categoria presente pudesse participar das mesas.



As discussões versaram sobre a importância de reafirmar a contribuição da Psicologia brasileira nas lutas para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, conforme preconiza o Princípio Fundamental II do Código de Ética Profissional do Psicólogo e da Psicóloga (CFP, 2005).

O Seminário iniciou na tarde do dia 3, com a abertura da mesa institucional com a presença das (os) representantes dos CRPs Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170), conselheira vice-presidenta do CRP-RJ; Liliane Cristina Martins (CRP 04/50845), conselheira vice-presidenta do CRP-MG; Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781), conselheira presidenta do CRP-SP; Thiago Pereira Machado (CRP 16/3706), conselheiro presidente do CRP-ES; Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro (CRP16/2644), conselheira do Conselho Federal de Psicologia; e Reivani Chisté Zanotelli Buscacio, coordenadora do curso de Psicologia na Veiga de Almeida.

A vice-presidenta do CRP-RJ, Viviane Martins, abriu o Seminário agradecendo a presença de todos os participantes, representantes do CRPs e dos Movimentos Sociais. Lembrou que o evento foi pensado e construído há bastante tempo, mas que só agora foi possível realizá-lo. “Esse evento é muito importante para a Psicologia na totalidade, pois é um Seminário voltado para a discussão que para gente é muito cara. A Psicologia comemorou 60 anos de regulamentação da profissão no ano passado e ao longo da sua trajetória ela vem

construindo sempre esse trabalho voltado para a garantia de direitos humanos. Nós sempre precisamos ressaltar que o pilar da nossa profissão são os direitos humanos. Cabe a nós profissionais de psicologia a manutenção e sempre estarmos atentos a esse processo de garantia de direitos.”

Em seguida foi a vez de Liliane Martins, vice-presidenta do CRP de Minas Gerais, que pontuou a felicidade de fazer parte da construção desse Seminário e salientou que “o CRP-MG está preparado para contribuir nas construções a serem debatidas no evento “.

A presidenta do CRP-SP, Talita de Carvalho, declarou a emoção “por estar presente no primeiro Seminário em conjunto com outros CRPs da região sudeste, evento esse construído a tanto tempo com muitas mãos. A categoria não faz nenhuma discussão sem os movimentos sociais e sem diálogo com a sociedade. Somos uma categoria que depende das pessoas e os movimentos sociais nos pautam como precisamos atuar com nosso código de ética para podermos dialogar melhor com a sociedade.”

Thiago Pereira, do CRP-ES, também destacou a importância da discussão do tema violência de estado, pontuando, inclusive, as contribuições, articulações e parceria advindas dos outros CRs, num momento de grande impacto no Estado com o atentado nas escolas de Aracruz/ES.

A conselheira representante do CFP, Maria Carolina Roseiro, ressaltou que o papel de representação de uma instituição não é uma tarefa tranquila e que representar um Conselho que avança nas pautas progressistas, nas quais muitos se omitem “tem um peso enorme, mas com grande satisfação e beleza”.

Encerrando a mesa institucional, Reivani Chisté Zanotelli Buscacio lembrou que é muita responsabilidade estar representando mais uma vez a UVA em um evento promovido pelo CRP-RJ com os demais regionais do Sudeste e agradeceu ao convite.

“Todas essas pessoas e esse auditório lotado de psicólogas e estudantes, nos trazem muita energia para poder pensar em todas essas lutas, discussões e diálogos que teremos entre hoje e amanhã.”

Durante todo o evento, movimentos sociais que atuam no contra diferentes formas de violência de estado construíram o seminário em conjunto, participando das mesas de debate e dos grupos de trabalho.



CONFERÊNCIA DE ABERTURA

40

Após a mesa institucional, o evento seguiu com a Conferência de Abertura com o tema “Direitos Humanos no Brasil: desafios transversais endereçados à Psicologia Brasileira” e participação de Luís Fernando de Souza Benício (CRP 11/15039) – psicólogo clínico-institucional, mestre e doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Benício é pesquisador do grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES/UFC) e do Instituto OCA, tendo coordenado o campo da pesquisa “Violência armada na cidade de Fortaleza e suas consequências humanitárias” (Instituto OCA e Comitê Internacional da Cruz Vermelha) e a dimensão interventiva da pesquisa “Fortalecimento da rede de prevenção de homicídios na adolescência” (Instituto OCA e Open Society Foundations – OSF). Já atuou, no âmbito da gestão, como apoiador da Política Cearense de Educação Permanente em Saúde (SESA/CE) e participou, como especialis-

ta convidado, da elaboração da Referência Técnica para atuação da/o Psicóloga/o nas Políticas Públicas de Segurança, do CREPOP, do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

A mediação ficou a cargo de Lucas Gonzaga do Nascimento (CRP 05/49596) – psicólogo, doutorando em Psicologia (UFF), professor da graduação em Psicologia da Unigranrio e conselheiro do XVII plenário do CRP RJ, onde coordena o Eixo de Violência de Estado e Enfrentamento a Tortura.

Lucas abriu a fala lembrando que Psicologia e direitos humanos não são assuntos separados, que são temas que precisam se manter juntos e que um evento como o Seminário ajuda a manter os temas correlacionados.

Luís Benício marcou que estar no Rio reativa memórias afetivas, por encontrar pessoas como Céu Cavalcanti (presidenta do CRP-RJ), que esteve tão presente na trajetória acadêmica, principalmente sobre questões de violência. O palestrante trouxe para a conferência reflexões sobre a promoção de Saúde em territórios vulneráveis aos homicídios: determinantes sociais e outros agravos, mapeamento da política de Assistência Social e da política de saúde Básica, a relação violência e saúde, entre outras questões.

Benício apontou que “desde 2015, Fortaleza mapeia um crescimento exponencial de homicídios na adolescência. A capital do Ceará foi considerada uma das capitais que mais mata crianças e adolescentes na faixa de 10 a 19 anos, e 80% dessas pessoas são jovens negros e residentes do que chamamos de Política Nacional de Humanização de Assentamentos Precários, onde não há nenhuma presença das políticas públicas”, contextualizando uma realidade específica de violência de estado, na qual jovens negros e em situação de vulnerabilidade social são os mais atingidos.

Em seguida, Lucas chamou a presidenta do CRP-RJ, Céu Cavalcanti (CRP 05/57816) para fazer uma participação. Ela

agradeceu à Comissão organizadora do evento por ter pensado e planejado a reunião de todos os Conselhos do Sudeste. “Pensar em um evento inter-territorial é complexo e nossa comissão junto com os envolvidos dos demais conselhos transformaram esse dia em um evento maravilhoso. Para mim é um tema que me atravessa bastante e muito importante.”

Também foram chamados os representantes do movimentos Fabio Leon do Fórum Grita Baixada, Maria Angélica da Rede de Mães Vítimas de Violência, Marisa Fefferman, Rede de enfrentamento ao genocídio da população preta e periférica, Barbara Tupuniquim da Aldeia Pau Brasil, Fábio Pereira Campos Misael do Grupo Amparar, Fátima Sabará do Movimento de Atingidos por Barragens e Ana Paula Rocha do Bloco Afrokizomba, que fizeram uma breve saudação.

Barbara Tupuniquim ressaltou que por ser uma mulher de pele clara sempre precisou se justificar, “uma justificativa que a sociedade entende que mulheres indígenas nem sempre são como as que apresentam em livros, filmes e revistas. Que esse apagamento enquanto representatividade e liderança indígena seja resistente.”

A representante do Bloco Afrokizomba, Ana Paula Rocha, lembrou da violência que as mulheres negras sofrem, que são lutas diárias e mencionou que é “cada vez mais é mais normal dormir ao som de tiroteio”, quando esta realidade não deveria ser normalizada em nenhuma circunstância.

Fátima Sabará do Movimento de Atingidos por Barragens salientou que em Minas Gerais além das violências o Estado também tem problemas com barragens e que esse tipo de problema fere os direitos humanos. Reafirmou também que “sem nós, sem os movimentos sociais e os Conselhos, sem as pessoas de bem de verdade que pensam no próximo não teríamos resistido a tantos retrocessos e não poderíamos estar celebrando hoje. Nós precisamos continuar além de governos.”

Fábio Pereira Campos Misael do Grupo Amparar em sua fala apresentou as questões de violência extrema que São Paulo vive e que o evento é o lugar ideal e fundamental para reflexão de outras possibilidades além da prisão para as pessoas privadas de liberdade.

Marisa Fefferman, da Rede de Enfrentamento ao Genocídio da População Preta e Periférica, ficou impressionada com a quantidade de pessoas presentes no Seminário, e salientou que “vê-se aqui pessoas preocupadas com a vida, e isso é determinante e transcende qualquer política.”

Fabio Leon, do Fórum Grita Baixada, agradeceu o convite do CRP-RJ e falou sobre a Baixada Fluminense ser um território tão afetado por todo tipo de violência, quase um “laboratório de violências urbanas e estatais”. Fabio falou também sobre o mapeamento de desaparecimentos forçados que está sendo construído, além do suporte às famílias. “Precisamos pensar em ações concretas de políticas públicas para poder tentar reverter esse tipo de situação.”

Logo após essa participação emocionante de representantes dos movimentos sociais, os Grupos de Trabalhos com os temas Privação de Liberdade, Violências territoriais, ambientais e comunitárias, Guerra às Drogas e antiproibicionismo, Violência de Gênero e Extermínio da Juventude Negra e Periférica, foram montados para o debate das temáticas.

Para assistir na íntegra, as mesas e a conferência, [clique aqui](#).

ENCERRAMENTO E ENCAMINHAMENTOS DOS GTS

A manhã de sábado ensolarado do último dia do Seminário trouxe a mesa sobre “Conjuntura Política e Compromisso Social da Psicologia”. A categoria esteve presente em grande número para dar seguimento ao encontro.

A mesa do dia contou com a representante do CFP Maria Carolina Roseiro; com Lourdes Machado (CRP 04/7090), psicóloga e especialista em Saúde Mental e Direito Sanitário e presidenta do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, coordenadora da Comissão Estadual da Reforma Psiquiátrica de Minas Gerais e conselheira-secretária do CRP-MG; com Cinara Brito de Oliveira, psicóloga (CRP-SP), mestra e doutora em Psicologia Social, integrante do núcleo São Paulo da Abrapso, com atuação em movimentos sociais e coletivos; com Céu Silva Cavalcanti (CRP 05/57816), doutoranda em Psicologia (UFRJ), integrante da Diretoria Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) e da Articulação Nacional de Psicologues Trans (ANP Trans), além de atual conselheira presidenta do CRP-RJ; e com Stéfani Martins Pereira (CRP 16/2818), mestra em Psicologia Institucional (UFES) com pesquisa na área de gênero, racismo e grupalidades, docente de Psicologia e conselheira no VII plenário do CRP-ES.

O debate também contou com a contribuição de Luana Alves (CRP 06/141243), psicóloga e vereadora de São Paulo, que não pôde comparecer no dia, mas enviou sua participação via vídeo.

Stéfani Pereira iniciou a mesa pontuando que o debate sobre a violência precisa chegar na “ponta”, onde a psicóloga do equipamento de saúde está acolhendo as (os) usuárias (os) dos serviços. Segundo a psicóloga esta reflexão é de extrema importância, pois muitas vezes as profissionais da ponta estão passando por violências (atravessamentos produzidos a partir de diversos marcadores sociais como gênero, etnia, classe social, religião, entre tantos outros) e acabam por reproduzir essa violência. Stéfani também ressaltou o quanto “é importante pensarmos no retrocesso que tivemos nos últimos anos, e como cada um dos lugares sofreram com os impactos desse retrocesso. Com o estabelecimento de diálogo como esse aqui, nós conseguimos pensar em retomar um lugar e o espaço de debate, de luta e de visibilização com algumas

questões como a Violência de Estado. Mesmo que estando em um momento de reconquista, precisamos lutar contra o que retrocedemos. Precisamos voltar um pouco nesse espaço de luta e ir de encontro a violência que atravessamos”.

A inconformidade frente aos ataques contra a democracia, além do caos que foi vivido entre os anos de 2020/2021 que para além da pandemia por conta da COVID-19, houve também as ‘pandemias’ de fome e desemprego, foram a base da fala de Lourdes Machado. Ela salientou que “a maior violência de estado que vivemos é a fome. Segundo dados de 2022, 1 milhão de crianças estão desnutridas. Isso é alarmante. Precisamos de políticas públicas que enfrentem este estado”.

Já Cinara Oliveira fez um resgate histórico bastante pertinente, trazendo a Revolta dos Malês, um levante popular de escravizados africanos (considerado o maior da história do Brasil) que ocorreu durante o Império, em Salvador (Bahia), em 24 de janeiro de 1835, como fundamento para pensar o contexto de violência de estado no presente. Segundo Cinara, “esta revolta do passado pode nos dar ‘pistas’ de como transformar a realidade no presente. Em condições totalmente adversas, o levante popular cria uma possibilidade de transformação da realidade por meio da luta por direitos”.

Encerrado a mesa, a presidenta do CRP-RJ Céu Cavalcanti convocou a todos a refletir que “para entender violência de estado, precisamos entender que o Estado brasileiro é constituído a partir da violência e do genocídio. Quando europeus pisaram nestas terras que hoje são o Rio de Janeiro, a primeira coisa que fizeram foi ‘presentear’ os indígenas nativos com roupas contaminadas com varíola, produzindo um enorme assassinato em massa por meio de uma arma biológica. Essa é a tônica da constituição do Estado brasileiro. Como Cinara já nos mostrou aqui, para analisar o presente, é fundamental pensar a história”.



Ressaltou que a violência de estado é reprodutora de desigualdade, morte e indiferenças, inclusive falando sobre a história da própria Psicologia, que chegou ao Brasil num contexto de ditadura civil-militar. “A Psicologia enquanto essa ferramenta abstrata que até nós mesmo temos algum grau de dificuldade de definir, produz efeito concreto. Inclusive podemos perceber nitidamente nos discursos de ódio, que afetam as subjetividades e tratam de uma produção de ‘verdades’ sobre o outro, que produzem medo e que por fim produzem vontade de aniquilamento. É necessário entender esses mecanismos para se contrapor contra eles, produzindo outros discursos e narrativas que se traduzem também no efeito concreto”, finalizou.

Por fim, foi realizado um ato com a pintura e exposição de faixas produzidas pelas próprias psicólogas reafirmando o compromisso da Psicologia com a transformação social e pela constante luta pelos direitos humanos e pelas políticas públicas. ■



COMISSÃO ESPECIAL DE EVENTOS: ORIENTAÇÃO POR MEIO DE SEMINÁRIOS, ENCONTROS PRESENCIAIS E ONLINE, PARA CHEGAR A TODAS AS PSICÓLOGAS E PSICÓLOGOS

A Comissão Especial de Eventos criada no XVI Plenário é responsável por realizar, planejar e dar suporte aos grandes eventos organizados pelo CRP-RJ, assim como diversos seminários e ciclos de debate com temas importantes a partir das demandas da categoria. Os eventos realizados são de caráter orientativo e ética e politicamente alinhados pelas deliberações do plenário e COREP/CNP.

Em julho de 2022, realizamos a 15ª Mostra de Práticas em Psicologia que contou com mais de 800 participantes e 300 trabalhos apresentados, é o maior evento do CRP/RJ. Em dezembro de 2022, na UERJ, organizamos em conjunto com a Eixo de Relações Raciais, o seminário “Psicologia, Relações Raciais e Direitos Humanos”. O evento, que aconteceu na UERJ, foi um marco importante para comemorar os 20 anos da resolução

018/2002 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.

Em março de 2023, contribuímos com a realização do I Seminário Regional de Psicologia e Violência de Estado, que reuniu todos os CRP do sudeste em sua organização. Discutiu-se a importância de reafirmar a contribuição da Psicologia brasileira nas lutas para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, conforme preconiza o Princípio Fundamental II do Código de Ética Profissional do Psicólogo e da Psicóloga (CFP, 2005). ■

*Mônica Valéria Affonso Sampaio (CRP 05/44523),
Alfredo Assunção (CRP 05/60474), Elisa Martins Silva
(CRP 05/64825), Iamara Gonçalves Peccin (Estudante),
Thaís da Silva Lourenço (CRP 05/62992)*



NÚCLEO DE PSICOLOGIA, SISTEMA PRISIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA ATUANDO PARA O FOMENTO DAS DISCUSSÕES DESTA ÁREA DE ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA

O Núcleo de Psicologia, Sistema Prisional e Segurança Pública, desde o início dos trabalhos no XVI Plenário do CRP-RJ, vem desenvolvendo atividades, eventos e reuniões com o objetivo de discutir e orientar a atuação da psicologia no sistema prisional e na segurança pública, como o Seminário Nacional sobre Psicologia e Execução Penal (2020), o Curso de Extensão Práticas Psicossociais no Sistema Prisional (2021), em parceria com universidades e outras instituições, e o 1º Encontro Estadual de Psicologia, Segurança Pública e Direitos Humanos (2022).

Dando seguimento às iniciativas do Núcleo, atualmente estão sendo realizadas rodas de conversa com psicólogas que atuam em equipes de Atenção Primária Prisional (eAPP) no estado do Rio de Janeiro, bem como vem sendo fortalecida a articulação com outros conselhos profissionais e sindicatos para debater a atuação da área técnica no sistema prisional fluminense. Ainda, para atender as demandas e encaminhamentos do encontro sobre segurança pública, está prevista uma ação para a realização de um curso para psicólogas que atuam nos órgãos da segurança pública. ■



CONHEÇA ALGUMAS DAS IMPORTANTES AÇÕES DO NÚCLEO DE PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Núcleo de Psicologia e Assistência Social, entendendo a importância da participação de psicólogas nos espaços de controle social, vem realizando ações no sentido do fortalecimento da Política de Assistência Social. Assim, destacamos as seguintes intervenções:

Representação no CEAS-RJ. O CRP-RJ foi eleito e está compondo a nova gestão do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro desde setembro de 2022, um importante espaço de controle social, de fiscalização e de monitoramento da Política de Assistência Social no estado.

Participação na X Plenária Nacional e VIII Seminário Nacional do Fórum Nacional de Trabalhadoras/es do SUAS - FNTSUAS, em novembro de 2022, em Salvador, Bahia. Como o CRP-RJ tem representação no Fórum Estadual de Trabalhadoras/es do SUAS (FETSUAS-RJ), estivemos na plenária participando ativamente dos debates na defesa do SUAS, de trabalhadoras/es e usuárias/os.

Participação no I Seminário Nacional de Psicologia e Controle Social no SUAS em março de 2023, em Brasília. O evento teve como objetivo o debate de questões pertinentes ao controle social e o fortalecimento do diálogo entre os CRs, além da proposta da realização de eventos preparatórios para a Conferência Nacional de Assistência Social. ■

ATIVIDADES ONLINE E PRESENCIAIS



MARCAM A ATUAÇÃO RECENTE DA COMISSÃO GESTORA DA SUBSEDE DO LESTE FLUMINENSE

Em março de 2023, a Comissão Gestora da Subsede do Leste Fluminense do CRP-RJ iniciou suas atividades através de reuniões online com os seus membros: Ágnes Cristina da Silva Pala (05/32409); Alan Christi Vieira Rocha (05/31216); Luis Eduardo Ribeiro Ferreira (05/39274); Maycon da Silva Pereira (05/57178); Pedro Victorino Carvalho de Souza (05/48180) e Rosane de Albuquerque Costa (05/19123). As ações iniciais estão voltadas para reestabelecimento de parcerias com IES da região Leste Fluminense para realização de encontros com a categoria e com os estudantes de Psicologia. Dentre as atividades online e presenciais programadas para o 2º semestre/2023: rodas de escuta e de conversa com os eixos 'Psicologia Ambiental e Direito ao Território', 'Laicidade', 'Gênero e Diversidade Sexual' da Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ; lançamento do **e-book** da Comissão Especial de Psicologia Clínica; Café com Orientação da Comissão de Orientação e Fiscalização; além de ações em conjunto com a Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas do CRP-RJ através do Controle Social. ■

PSICOLOGIA E LAICIDADE: INFORME SOBRE A RESOLUÇÃO CFP 07/2023

A promulgação de Resoluções pelo CFP visa ao constante aprimoramento da reflexão ética para uma prática profissional plural, democrática e atenta às questões do seu tempo. No que concerne ao caráter laico da Psicologia, cada vez mais é imprescindível o estabelecimento de normas éticas e técnicas – é esse o objetivo da Resolução CFP 07/2003, promulgada no último dia 06 de abril.

A laicidade como pressuposto do Estado Democrático de Direito configura uma das bases do exercício profissional da psicologia. Seus princípios éticos calcados no pluralismo e na garantia dos direitos fundamentais exige que as experiências espirituais e/ou religiosas sejam consideradas em relação com os seus aspectos históricos e culturais – o que implica levar em consideração e fazer frente ao racismo e dogmatismo religiosos. Esse compromisso consiste também em vetar o uso de técnicas ou práticas psicológicas, bem como de formas de violência que criam, mantenham ou reforcem preconceitos.

Comprometer-se com a ética da psicologia é também combater fundamentalismos, sobretudo religiosos, instituídos na contramão da diversidade e que colaboram com a propulsão de diferentes formas de violação de direitos. A **Resolução CFP 07/2023** atualiza o compromisso da psicologia brasileira com o respeito e a promoção da liberdade e da integridade do ser humano e suas práticas religiosas. ■

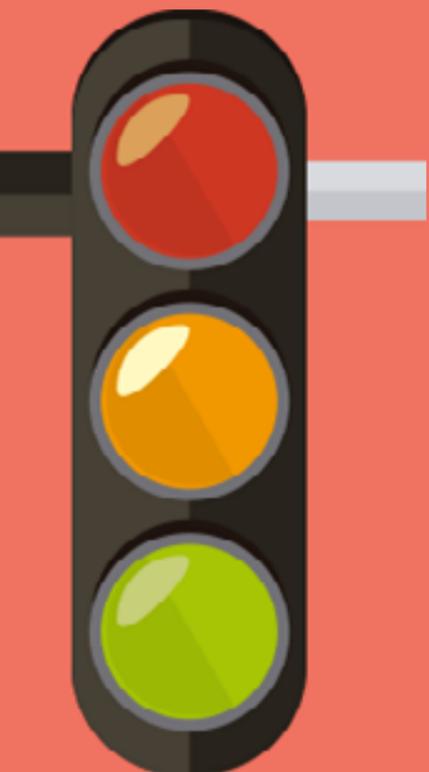
FIQUE ATENTA AOS INFORMES DO CREPOP E CONTRIBUA PARA A CONSTRUÇÃO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO PSI NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas do CRP-RJ (CREPOP-RJ) acaba de finalizar mais um ciclo de pesquisa que faz parte do processo de construção de uma nova referência técnica sobre atuação de psicólogas em políticas públicas de atenção às pessoas com deficiência. A partir de agora, a Rede CREPOP, composta pelo CREPOP do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e as unidades dos Conselhos Regionais, vai organizar uma comissão de especialistas para redigir o documento.

Enquanto isso, vocês psicólogas que atuam no Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, atenção! O ciclo de pesquisa que iniciamos em 2023 é para construção de uma referência técnica para a prática de psicólogas no Sistema de Justiça. E a participação da categoria que atua nesses espaços é fundamental, tanto preenchendo o questionário online, quanto participando das entrevistas. Acompanhem as redes sociais do CRP-RJ e participem!

Quer saber mais sobre o que são e como são construídas as Referências Técnicas do Crepop? [Clique aqui.](#) ■



INFORMES DO NÚCLEO DE PSICOLOGIA E TRÁFEGO: ATIVIDADES E PLANEJAMENTOS

O Núcleo de Psicologia e Tráfego, anteriormente nomeado como Núcleo de Psicologia e Mobilidade Humana, foi criado no XIV Plenário com objetivo de debater as questões relacionadas a mobilidade humana e o trânsito. Atualmente tem o objetivo de debater questões do tráfego em suas diversas modalidades (rodoviário, aéreo, ferroviário, hidroviário), que implicam na diversidade de práticas da psicologia neste campo enquanto área integrante das políticas públicas de segurança, além de ampliação neste contexto que atendam as reais necessidades da sociedade. Para 2023 tem o objetivo de promover o Encontro dos Psicólogos do Trânsito do Rio de Janeiro, além de reuniões ampliadas e oficinas com temas como entrevista psicológica, testes psicológicos no contexto do Tráfego e elaboração de documentos. Tais encontros terão o objetivo de ampliar reflexões e debates nas diversas modalidades de Tráfego. ■



CONHEÇA A NOVA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A Comissão Especial de Avaliação Psicológica do CRP-RJ desde sua criação busca participar das discussões junto à Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica (CCAP) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre assuntos referentes

ao Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) e a AP no contexto profissional. Entendendo que a avaliação psicológica perpassa todas as áreas da formação e das práticas em Psicologia, além de uma apropriação para um domínio de procedimentos metodológicos para o desenvolvimento de investigações científicas, observamos a necessidade de propor reflexões e debates junto à categoria, procurando transversalizar ações com outras comissões do CRP-RJ. A nova composição da comissão inclui profissionais com experiência nas diversas áreas: como o contexto Organizacional e do Trabalho, Neuropsicologia, Tráfego, Clínico, entre outras. Desde então são realizadas reuniões ampliadas, rodas de conversas sendo abordados temas relacionados aos avanços da avaliação psicológica, acompanhando desta forma seus desdobramentos frente aos novos desafios. Nosso plano de trabalho de 2023 inclui um debate sobre os 20 anos do SATEPSI, entendendo a grande importância do sistema em regulamentar os testes psicológicos, ferramentas de uso exclusivo da psicóloga e do psicólogo. A partir desta composição conseguimos garantir debates das diversas áreas da avaliação psicológica, inclusive em revisão de resoluções apresentadas pelos grupos de trabalho na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) do CFP. ■

EIXO DE PSICOLOGIA AMBIENTAL E DIREITO AO TERRITÓRIO

Criado durante a XVII Plenária do CRP-RJ (2023-2025) o Eixo de Psicologia Ambiental e Direito ao Território – EPADT visa trazer não apenas as questões ambientais como um resultado problemático da intervenção humana na natureza (desmatamento, poluição, extinção de animais e biomas e etc), mas ampliar e auxiliar na criação de um entendimento das relações sujeito-ambiente e sujeito território.

57

Essa é uma discussão ainda recente no Sistema Conselhos de Psicologia – SCP que lançou, em 2022, o Catálogo de práticas em psicologia ambiental, mas o campo ainda carece de teorizações que compreendam a existência de realidades locais, servindo de direcionamento para orientar as práticas psicológicas em suas diferentes áreas de atuação. Assim, a EPADT tem como proposta inicial refletir sobre os materiais já produzidos e dialogar com os diferentes territórios do Estado do Rio de Janeiro (território de abrangência deste regional) para conhecer as diferentes realidades locais e como elas podem orientar o fazer da Psicologia. ■

Referências:

Conselho Federal de Psicologia. Catálogo de práticas em Psicologia Ambiental. Brasília: CFP, 2022

NOVA COMISSÃO! CONHEÇA A COMISSÃO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DO CRP-RJ

Criada pelo atual Plenário, a Comissão de História e Memória (CHM) do CRP-05 tem como objetivo promover e divulgar reflexões históricas acerca da trajetória da Psicologia como ciência e profissão no estado do Rio de Janeiro, a respeito dos fatores do contexto político e sociocultural que incidiram sobre esta trajetória nos seus diferentes períodos, bem como sobre os atores pessoais e institucionais de destaque nessa trajetória, considerando em especial a memória institucional do CRP-RJ.

58

Mais do que nunca, acreditamos que a memória e a história são aliadas fundamentais na construção e defesa da democracia e da justiça – e, justamente por isto, temos as visto se tornar campos de batalha no cenário político nacional nos últimos anos.

No atual Plenário, o Sistema Conselhos comemorará os 50 anos do CFP (instituído em 20 de dezembro de 1973), bem como os 50 anos dos primeiros sete CRPs (incluindo o CRP-05), em 27 de agosto de 1974. Por esta razão, cabe especialmente à CHM coordenar a realização de eventos e a produção de publicações, materiais audiovisuais e outras ações que divulguem e visibilizar as memórias da Psicologia como ciência e profissão no Rio de Janeiro, a fim de que as lutas do passado lancem luz sobre as conquistas e os desafios do presente. ■

Contato: comissao.historia@crprj.org.br

VITÓRIA!

DESARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI DO SENADO SOBRE AS 30H! COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR DO CRP-RJ ATUANTE PARA AVANÇAR NAS PAUTAS DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, por meio da sua Comissão de Acompanhamento Parlamentar, se soma à agenda do Conselho Federal de Psicologia e realiza diálogo com os parlamentares para incidir sobre temas estratégicos para a profissão. Como resultado concreto da atuação firme do CRP-RJ e CFP, tivemos uma grande vitória nesta semana: o desarquivamento do Projeto de Lei no Senado (PLS) sobre as 30h. Mas, nossa luta não para por aí! Entenda as últimas ações da Comissão de Acompanhamento Parlamentar do CRP-RJ, tanto em diálogo com Senadores, como com Deputados Estaduais e Federais.

Com os senadores do Rio de Janeiro, enviamos ofícios para dialogar sobre o andamento dos Projetos de Lei no Senado (PLS) prioritários para nós. O diálogo feito por meio destes ofícios dizem respeito ao desarquivamento de dois PLS importantes para o exercício profissional da Psicologia no Brasil. O primeiro é o PLS 511/2017, que “acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do

Psicólogo”, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), do Senado Federal, com requerimento da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). O segundo é o PLS 98/2015, que “altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação”, de autoria do Senador Davi Alcolumbre (UNIAO/AP). Logo após o diálogo, o Senador Romário assinou o processo de desarquivamento do PLS 511/2017, contribuindo para o número mínimo de 27 assinaturas de senadores e senadoras assinando o desarquivamento, para o retorno do PLS à pauta do Senado.

Já com os deputados federais, o diálogo neste momento foi sobre a reinstalação de Frentes Parlamentares cujas temáticas, de alguma forma, dizem respeito à nossa prática. As Frentes Parlamentares são espaços de articulação entre parlamentares para discutir sobre determinado tema de interesse da sociedade. Entre as frentes em processo de reinstalação está a Frente Parlamentar Mista de Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial.

Por fim, foi realizada, no dia 27 de março de 2023, nas dependências do CRP-RJ uma reunião para tratar sobre Comunidades Terapêuticas e Luta Antimanicomial, com o deputado Federal Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ) e o deputado Estadual Flávio Serafini (PSOL/RJ).

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro reafirma sua posição, em conjunto com o Conselho Federal de Psicologia, de incidir junto ao legislativo sobre os principais temas para a profissão e para a categoria, como a luta pelas 30h, pelo piso salarial, na defesa da Luta Antimanicomial e por todas as demandas necessárias para tornar a Psicologia Brasileira ainda mais forte. ■



**NOVAS REGRAS PARA
REGISTRO DE TÍTULO
DE ESPECIALISTA
EM PSICOLOGIA:
RESOLUÇÃO CFP
23/2022 ENTROU
EM VIGOR NO DIA
2 DE JANEIRO**

61

O Conselho Federal de Psicologia publicou normativa que traz as novas regras para a obtenção de registro de especialista em Psicologia. A Resolução CFP 23/2022 certifica treze especialidades e estabelece as condições para concessão desse registro, além de determinar a criação da Comissão de Análise de Registro de Psicóloga(o) Especialista (CARPE), em cada Regional.

O registro de psicóloga(o) especialista atesta a experiência profissional em área de especialidade reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia, mas não constitui condição obrigatória para o exercício profissional.

Cada profissional poderá ter até duas especialidades registradas na Carteira de Identidade Profissional (CIP). As especialidades reconhecidas pela nova Resolução são:

- Psicologia Escolar e Educacional;
- Psicologia Organizacional e do Trabalho;
- Psicologia de Tráfego (equivale a Psicologia de Trânsito);
- Psicologia Jurídica;
- Psicologia do Esporte;
- Psicologia Clínica;
- Psicologia Hospitalar;
- Psicopedagogia;
- Psicomotricidade;
- Psicologia Social;
- Neuropsicologia;
- Psicologia em Saúde;
- Avaliação Psicológica.

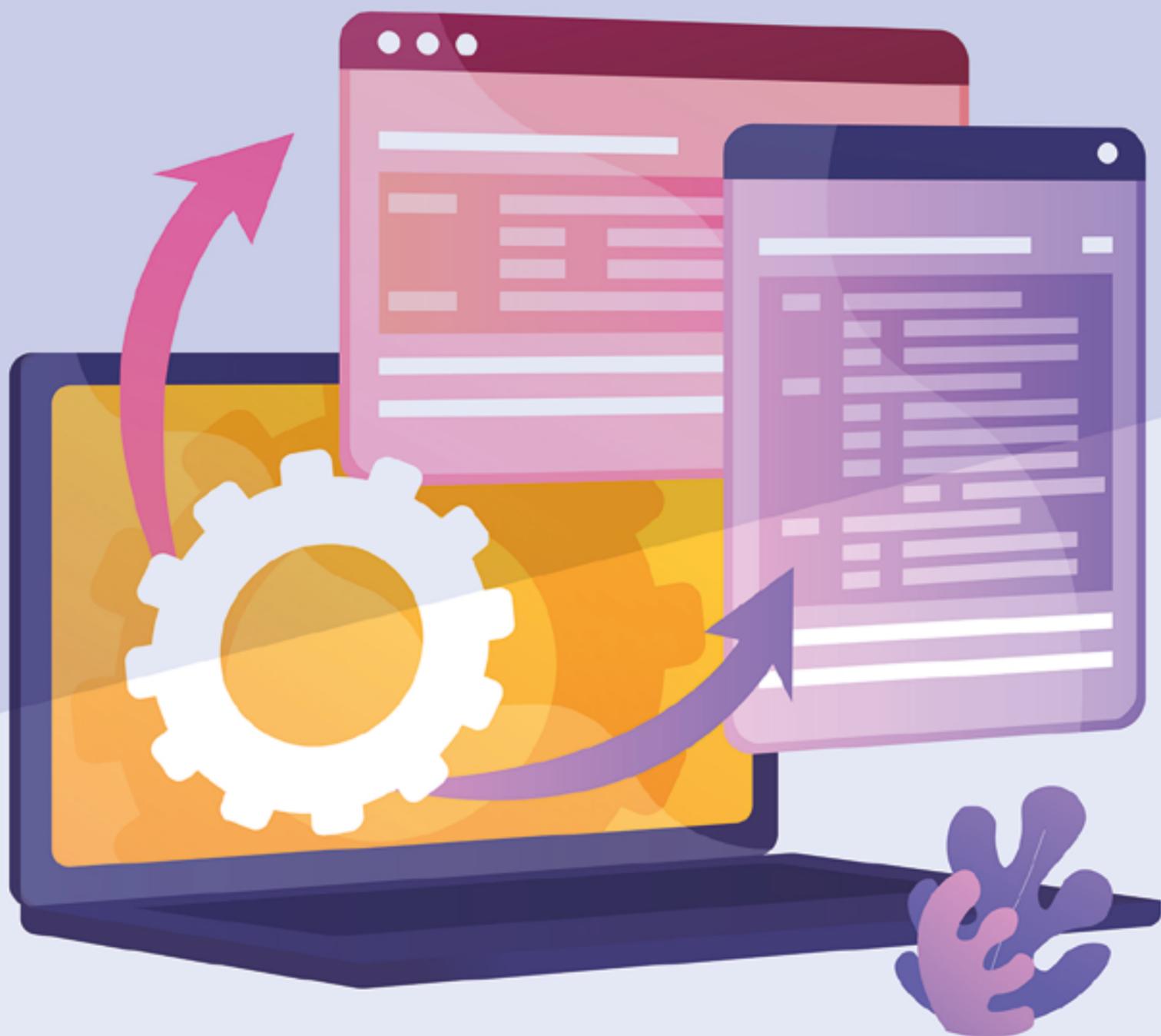
O registro de psicóloga(o) especialista será concedido à(ao) profissional que cumulativamente comprovar efetivo exercício profissional por dois anos e conhecimento teórico-metodológico. Para comprovar conhecimento teórico-metodológico é necessário associar a prática profissional às categorias de registro de psicóloga(o) especialista: conclusão de curso de especialização ofertado por Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) ou por Sistemas de Ensino dos Estados e do Distrito Federal, e/ou aprovação em concurso de especialista promovido pelo Conselho Federal de Psicologia.

Além disto, a(o) psicóloga(o) deverá apresentar documentos comprobatórios do exercício profissional em conformidade

com a(s) modalidade(s) laboral(is) convergente(s) com a especialidade solicitada: autônoma(o); empregada(o); estatutária(o); supervisora(or) de estágio; constituinte de pessoa jurídica. A relação dos documentos exigidos em cada modalidade está no Art. 7º da Resolução CFP 023/2022.

Para saber como requerer o registro de psicóloga(o) especialista, [clique aqui](#) e escolha a aba “Título de Especialista/Registro de Psicóloga (o) especialista”. Você também pode solicitar a informação através do e-mail atendimento@crprj.org.br.

Conheça a nova Resolução do CFP 23/2022 na íntegra, clicando [aqui](#). ■



INFORME SOBRE MUDANÇA DE SISTEMA

O CRP-RJ está migrando para o novo sistema de cadastro e finanças requisitado pelo Conselho Federal de Psicologia.

Esse sistema é a ferramenta tecnológica utilizada para realizar todos os serviços para as psicólogas e psicólogos, tais como cadastro dos dados, inscrição de registro, geração de boletos, entre outros.

Tal mudança poderá acarretar alguma instabilidade na prestação dos serviços, pela qual já nos desculpamos antecipadamente. Entretanto, esse novo sistema tem funcionalidades que trarão maior excelência e qualidade no atendimento à categoria. ■